

Agora que eu não vou
Pra casa descansar
Mulher não manda em homem
E você quer me mandar

Com tanta roupa suja em casa
Você vive atrás de mim
Mulher foi feita para o tanque
E homem para o botequim

Vê se não me amola
Para com isso mulher!
Eu bebo em casa
Ou aonde eu bem quiser
Não vem com essa
De querer vir me buscar
Agora mesmo é que eu não vou
Pra casa descansar
Deixa eu beber em paz!

O começo: Patriarcado, Gênero e Desigualdade Sexista

Mulher não manda em homem
E você quer me mandar
Com tanta roupa suja em casa
Você vive atrás de mim
Mulher foi feita para o tanque
E homem para o botequim
Vindo aqui me buscar
Não adianta
Me dizer tanta besteira
Fala, fala faladeira
Mas eu não vou descansar
Deixa eu beber em paz!

Oh, mulher
Deixa eu beber em paz!
Agora que eu não vou
Pra casa descansar
Mulher não manda em homem
E você quer me mandar

Com tanta roupa suja em casa
Você vive atrás de mim
Mulher foi feita para o tanque
E homem para o botequim
Vê se não me amola
Para com isso mulher!

**“As esposas sejam submissas ao seu próprio marido
[...] porque o homem é o cabeça da mulher.”**

(Efésios 5:22)

“Pois sejamos felizes de uma vez, antes que o leitor peque em si, morto de esperar, e vá espaiar-se a outra parte; casemo-nos. [...] São Pedro [...] recitou alguns versículos da sua primeira epístola: As mulheres sejam sujeitas a seus maridos. Não seja o adorno delas o enfeite dos cabelos riçados ou as rendas de ouro, mas o homem que está escondido no coração. Do mesmo modo, vós, maridos, coabitai com elas, tratando-as com honra, como a vasos mais fracos, e berdeiras convosco da graça da vida.” ^[1]

Machado de Assis, usando a voz de Bento Santiago – o Benzinho –, no clássico *Dom Casmurro*, publicado originalmente em 1899, relata assim a união entre o protagonista, narrado em primeira pessoa, e Capitu, uma das coadjuvantes mais notórias e polêmicas da literatura brasileira. Ao fim da tradicional cerimônia de enlace matrimonial, fica claro o entendimento vigente à época sobre qual deveria ser a posição assumida a partir daquele

momento pela então noiva, agora esposa, no seu novo núcleo familiar. Um lugar de submissão e de subordinação, de silenciamento e de servidão disfarçada de proteção.

Livros, personagens, hieróglifos gravados em pirâmides milenares, inscrições medievais, cantos, contos e até mesmo restos mortais, formam um conjunto de elementos utilizados como possibilidade de compreender realidades passadas. Interpretar a nossa História enquanto seres humanos é buscar constantemente restabelecer a comunicação perdida em razão da distância temporal, espacial, cultural e linguística, preenchendo as lacunas deixadas pelo tempo. E a abordagem que usamos – estruturada em uma série de conceitos e costumes socialmente consolidados – determinará o resultado a ser alcançado nessa tentativa de entendimento. Tal arcabouço analítico não é, portanto, isento da influência de um grande amontoado de

“Como, quando e por que a submissão feminina passou a existir?”

percepções, juízos de valores e ideologias preexistentes.

E se Narciso acha feio o que não é espelho, por um longo período histórico suposições androcêntricas dominantes foram as responsáveis por determinar as nossas interpretações sobre o sistema de sexo/gênero: entendíamos o modelo prevalente no presente olhando de forma parcial para o passado [2]. Durante séculos, admitiu-se a existência da dominação masculina como uma verdade irrefutável, e qualquer prova em contrário era considerada uma exceção à regra, uma alternativa malsucedida ou apenas o ideal de um sonho inalcançável.

Estudiosos defensores de uma visão mais crítica em relação às questões de gênero contestam reiteradamente o conceito histórico dessa universalidade de submissão feminina. Então, se o domínio masculino não foi sempre absoluto, houve, em

algum momento, um modelo realmente alternativo de sociedade? Para além dos círculos acadêmicos, multiplicam-se relatos de que, no passado da humanidade, existiram comunidades nas quais as mulheres possuíam, de fato, poder e prestígio [3]. Mas, então, se no decorrer da vivência humana foi possível perceber, em sociedades distintas, diferenças de construção daquilo que se entende por comportamentos predefinidos para homens e para mulheres, como, quando e por que a submissão feminina passou a existir?

Por mais que habitemos uma sociedade que separa, de forma extremamente binária, um sexo masculino e um feminino, não podemos generalizar que todas as culturas, ao longo da história, adotaram tal perspectiva. A questão é que muitas das evidências que suportariam a existência de modelos mais igualitários têm as suas origens em cerimônias, ritos, mitos e simbologias que, ao serem analisados sob o viés do Estado e da Igreja – influenciadores soberanos do pensamento popular em diversos contextos sociais –, acabaram tornando-se pouco significativas [4]. Por muito tempo, núcleos sociais matrilineares foram deliberadamente silenciados dos centros de estudos e dos livros de História.

Esse apagamento intencional das mulheres enquanto sujeitos históricos reside no fato de que o registro primário do que elas faziam, produziam e diziam era mediado pelos critérios de seleção dos escribas no poder. Em geral, as fontes apresentam um olhar dos homens sobre o mundo e dos homens sobre as mulheres, o que explica o peso resultante do discurso protagonizado predominantemente pelo masculino.

Nos primórdios da pré-história, a assimetria sexual não tinha conotação de dominação. Os indivíduos eram caçadores-coletores, vivendo em uma cultura cooperativa de parceria. Homens e mulheres conviviam harmonicamente e a divisão de trabalho entre os sexos biológicos era recorrente, mas sem a imposição de graus hierárquicos. Destaca-se, inclusive, o fato de que o feminino representava poder por sua capacidade de gerar e de nutrir.

Nesse tempo, o homem não conhecia a sua função na procriação. Acreditava-se que a reprodução era um privilégio divino e, por essa razão, muitas vezes a mulher era respeitada e adorada como uma divindade. Homens e mulheres se relacionavam de forma natural e por motivos espontâneos e simples. Com isso, a liberdade sexual não só existia, como fazia parte dos processos de

conexão interpessoal. Não havia o conceito de transmissão de herança ou poder, nem episódios extremos de guerras ou disputas por territórios e bens [3].

Infelizmente esse passado se confundiu com um ideal no qual as civilizações antigas foram consideradas um estágio “selvagem” no progresso evolutivo da humanidade. O que antes era entendido apenas como uma dissemelhança física passou a ser analisado sob a ótica do determinismo biológico que coloca as causas da submissão feminina em fatores genéticos [2]. A maior força física, a capacidade de correr mais rápido, de levantar mais peso e a maior agressividade fizeram com que os homens se tornassem mais aptos à caça. E o desenvolvimento de habilidades oriundas dessa ocupação, como o uso de ferramentas e armas, consequentemente permitiu que eles se tornassem “guerreiros”.

A suposta aptidão natural para o confronto alimentou um discurso que tornava os homens mais valorizados e honrados, alçando-os a um lugar de proteção e defesa da mulher – vulnerável e frágil –, cujo corpo destinava-se exclusivamente à maternidade e aos cuidados com o outro. A justificativa da superioridade do homem em virtude do seu domínio sobre a presa foi refutada por evidências antropológicas em relação às sociedades

de caçadores-coletores. Na maioria dessas comunidades, a caça de grandes animais configurava-se como uma atividade auxiliar, enquanto o fornecimento dos principais alimentos derivava de atividades de coleta e captura de pequenos animais, tarefa executada por mulheres e crianças.

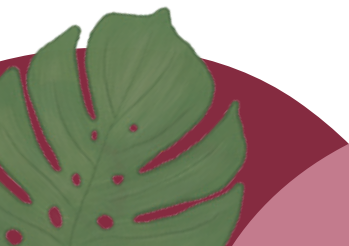
Esse raciocínio, conhecido como escola de pensamento do homem-caçador, fez com que o papel pré-histórico da mulher fosse erroneamente registrado, ensinado e difundido. As duvidosas alegações biológicas da superioridade física masculina baseavam-se em um modelo generalizado, alicerçado em estereótipos que consideravam as capacidades reprodutivas como a única esfera pública possível para uma projeção social feminina [2]. Não por acaso, tais rótulos encontravam seu mais forte alicerce na religião. A criação da mulher a partir da costela de Adão é interpretada em seu sentido mais literal há

milhares de anos para indicar que a servidão feminina foi concedida por Deus. Eva precisou submeter-se de forma voluntária ao marido, já que foi retirada dele.

Inúmeros ensinamentos bíblicos acabaram por reforçar ainda mais esse lugar de marginalização feminina. Por séculos, a mulher encarnou o mal por ser filha de Eva e, portanto, herdeira da responsabilidade pela expulsão no Jardim do Éden. Sua convivência com a serpente a transformou em um ser impuro, a representação do pecado e da perdição [5]. São Gregório chegou a vociferar que “a mulher tem o veneno de uma áspide e a malícia de um dragão” [6].

Algumas centenas de anos antes da influência da Era Cristã, o final da pré-história era marcado pelo desenvolvimento da escrita e pelo surgimento da agricultura. Com isso, as esparsas aldeias neolíticas se organizaram em comunidades agrícolas, depois em centros

“A criação da mulher a partir da costela de Adão é interpretada em seu sentido mais literal há milhares de anos para indicar que a servidão feminina foi concedida por Deus.”



urbanos e, finalmente, em estados relativamente estruturados, mas ainda arcaicos. Com o significativo aumento populacional desses núcleos, agora não apenas familiares, surgiu a necessidade de deixar o abrigo da caverna ou da cabana para enfrentar o mundo que se expandia; vagar longe de casa e arriscar encontros com tribos vizinhas possivelmente perigosas. Essas novas situações e o contato com ambientes instáveis tornaram-se campo fértil para o desenvolvimento da autoconfiança e da competência do homem, agora não apenas coletor, mas predador, desbravador e combatente [3].

Especula-se que a partir desse ponto, quando a divisão do trabalho – antes meramente funcional – passou a ser valorada com relevâncias diferentes, considerando os ofícios masculinos mais importantes, nobres e fundamentais do que os femininos, é que surgiu a desigualdade entre os sexos. Condenou-se a mulher a um estado de “imanência” – a execução do trabalho diário, repetitivo e sem fim –, ao contrário do que ocorreu com a ação e a bravura do homem, levado à “transcendência” [2].

Essas sociedades passaram então a se estruturar levando em consideração não apenas as distinções biológicas, mas também

as hierarquias caracterizadas pelo poder de alguns homens sobre outros e de todos eles sobre qualquer mulher. Assim, a subordinação feminina dentro da família passou a ser institucionalizada. Com a crescente especialização das funções trabalhistas, as mulheres foram impedidas definitivamente de exercer determinadas ocupações e profissões e, após o estabelecimento do ensino formal, também acabaram às margens do acesso à educação.

A separação mais clara das tarefas no ambiente de trabalho gerou uma estratificação social que terminou por impactar os meios de produção. Durante a Idade Média, a família passou a ser constituída a partir desses interesses econômicos. As crianças permaneciam sob os cuidados de terceiros até atingirem cerca de oito anos de idade, momento em que eram integradas às atividades domésticas e cooperavam como força laboral, sendo consideradas adultos em miniatura. Era preciso uma numerosa progênie para equilibrar a alta incidência de mortalidade infantil e a necessidade de mão de obra agrícola. Entre os camponeses, a média chegou a ser de 15 filhos por casal [7]. Em uma época em que a expectativa de vida variava entre 30 e 45 anos, era comum que uma mulher dedicasse mais da metade



de sua existência para gerar, parir e nutrir a sua prole.

Para sobreviver, a defesa da supremacia masculina biologicamente justificada precisou se adaptar com o tempo. Ao passo que o argumento religioso perdeu força em meados do século XIX, a explicação tradicional da inferioridade das mulheres passou a adotar uma roupagem “científica”. As teorias darwinistas ancoravam-se na constituição biológica e na função materna para considerar a mulher como inadequada para a educação superior e consequentemente para o exercício de diversas atividades profissionais, reforçando crenças variadas de que a sobrevivência da espécie era mais importante do que a autorrealização [2]. Menstruação, menopausa, gravidez, puerpério e amamentação eram vistos como condições debilitantes, enfermidades, doenças ou estados anormais que incapacitavam as mulheres e as tornavam – de fato – inferiores.

Charles Darwin construiu repetidamente alguns “preceitos” evolutivos completamente equivocados para apoiar as suas próprias crenças preconcebidas. O pai da biologia moderna afirmava que as mulheres nunca seriam tão inteligentes como os homens porque jamais teriam uma vida como a deles [2]. Se tivessem, quem cuidaria das crianças? Essas teorias

foram muito eficientes para a propagação do ideal de hegemonia masculina, pois, além de exibirem uma – falsa, porém convincente – pompa acadêmica, traziam alívio aos homens, isentando-os de qualquer responsabilidade. Se a natureza criou diferenças entre os corpos, ninguém pode ser culpado pela existência da desigualdade sexual e pela manutenção da submissão feminina.

Corroborando essas explicações tradicionalistas – assustadoramente às portas do século XX –, temos as teorias de Sigmund Freud, criador e personalidade mais influente da história no campo da psicanálise. Como em todas as ciências, a psicologia das mulheres era considerada apenas do ponto de vista masculino. A visão de Freud sobre o desenvolvimento sexual da mulher é a mais contestada de suas ideias. O seu humano ideal era macho [2]. A fêmea, por sua vez, configurava-se como um ser desviante, sem pênis, cuja estrutura psicológica concentrava-se unicamente no esforço em compensar essa deficiência. Além da inveja da genitália, a teoria freudiana sobre a sexualidade feminina compreendia a mulher como uma criatura castrada e de superego subdesenvolvido, com vocação para o masoquismo [8]. Em resumo, para o psicanalista a anatomia era destino. Assim, o

único horizonte possível para a “mulher normal” seria o matrimônio e a maternidade, nessa ordem.

É por meio dessas heranças que o servilismo das mulheres passou a ser tão massificado e reproduzido que se tornou “natural”. Como apontou Simone de Beauvoir, “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” [9]. Da Eva caída na Bíblia à mulher como ser desviante de Freud, surgem os pilares simbólicos que afirmam e admitem a existência de dois tipos de seres humanos – o homem e a mulher – diferentes em alcance, função e potencial. É aí que a superioridade masculina

“O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos.”

(Simone de Beauvoir)



se incorpora a todos os principais sistemas explicativos, de forma a competir com a realidade. Para que as mulheres possam ser inteiramente dominadas, é preciso apagar toda a sua história.

Mulheres e história

Guerreiras Agojie: o exército feminino mais temido do mundo

Fundado na primeira metade do século XVII e conhecido inicialmente como Abomey, o Reino do Daomé é um dos mais famosos do continente africano. Localizava-se na área do atual país de Benim, expandindo-se territorialmente a partir de guerras de conquista contra os povos vizinhos, que acabaram incorporados [9].

A sociedade daomeana caracterizava-se por um sistema marcado pela emancipação dos sexos. As mulheres conquistaram espaços de atuação infinitamente mais alargados, se comparados com a realidade europeia da época. Elas desempenhavam atividades comerciais e exerciam cargos políticos, além de serem responsáveis pelo desenvolvimento agrícola, vivenciando oportunidades em todos os setores comunitários [10].

O Reino do Daomé teve seu auge na década de 1840 em decorrência do seu poderio militar. Essa imponência e dominação se davam em razão da eficiência do maior e mais duradouro exército formado exclusivamente por mulheres guerreiras registrado na História, chamadas de Agojie. As meninas eram recrutadas e recebiam treinamento militar ainda na infância. Possuíam pensamento estratégico, destreza no manuseio de armamentos, extrema habilidade no combate físico, além de terem a guerra como o principal objetivo de vida [11].

Treinadas para serem fortes, rápidas, implacáveis e capazes de suportar grande dor, as Agojie protegiam o seu rei nos mais sangrentos campos de batalha. Emergindo como uma força militar de elite, essas mulheres eram transformadas em máquinas de matar com fome de combate, e foram temidas em todo o continente africano por mais de dois séculos [10]. Quando as guerreiras Agojie rumavam para fora do palácio, eram sempre precedidas por uma garota que carregava um sino. O som ecoava pelo silêncio da floresta pantanosa e dizia a todos os homens para saírem do caminho, afastarem-se para longe e, em hipótese alguma, realizarem contato visual [11].



O PATRIARCADO E A MULHER COMO PROPRIEDADE

“O que aconteceria se uma mulher despertasse uma manhã transformada em homem? E se a família não fosse o campo de treinamento onde o menino aprende a mandar e a menina a obedecer? E se houvesse creches? E se o marido participasse da limpeza e da cozinha? E se a inocência se fizesse dignidade? E se a razão e a emoção andassem de braços dados? E se os pregadores e os jornais dissessem a verdade? E se ninguém fosse propriedade de ninguém?” [14]

O desenvolvimento histórico da trajetória das mulheres foi influenciado e direcionado por construções sociais que definiram o papel feminino na sociedade a partir de regramentos culturais e econômicos. Essas estruturas apresentam seu alicerce firmado na divisão sexual e racial do trabalho, segregação esta que se modificou de forma mais intensa com a propagação do modo de produção capitalista [15]. A substituição do suor físico pelo trabalho das máquinas e a busca incessante pelo lucro foram considerados como progresso. No entanto, apenas as mulheres, sob o ponto de

vista tradicionalista, foram condenadas pela eternidade a servir à espécie por meio de seus corpos.

Esse determinismo biológico é, na verdade, a defesa política de um cenário extremamente estabelecido e cômodo, disfarçado de linguagem científica. Acontece que homens e mulheres modernos não vivem mais no estado natural [16]. Afirmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos pela mulher são imutáveis e imortais é, de fato, destinar metade da humanidade a uma existência inferior, à natureza em detrimento de uma vivência verdadeiramente plural, diversificada e vasta.

Em que pese a notável existência de uma relação simbiótica entre o patriarcado e o capitalismo, a apropriação pelos homens da capacidade intelectual, sexual e reprodutiva das mulheres ocorreu antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes – itens essenciais para o surgimento e para a manutenção do sistema econômico voltado para o capital [17]. Os homens aprenderam a exercer a dominação e a hierarquia sobre outras pessoas treinando a prática da supremacia contra mulheres do seu próprio grupo.

Inicialmente, o patriarcado surgiu como uma organização primitiva, em um estado arcaico.

E a unidade básica da sua estruturação foi a família ancestral, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores ao determinar comportamentos considerados apropriados a cada um dos sexos. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens [17]. Elas eram barganhadas em disputas intertribais como consolidação de alianças, uma vez que sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos, ou seja, mais mão de obra. Também eram usadas como uma espécie de recurso financeiro, ao serem trocadas ou compradas para casamentos em benefício de suas famílias.

Somente depois que os homens aprenderam como subjugar as mulheres das suas comunidades – primeiramente aquelas com quem mantinham uma relação familiar –, é que eles desenvolveram a capacidade de escravizar outros homens (forasteiros, adversários, rivais) e, em seguida, os demais grupos subordinados da sua própria estrutura interna. Dessa forma, o servilismo das mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação e a opressão de classes que viriam depois [18]. A associação entre parentela e patriarcado é tão intrínseca que

sua origem remete à concepção da palavra: *família* deriva do vocábulo latino *famulus*, que significa “escravo doméstico”.

A hierarquia masculina era baseada em sua relação com os meios de produção (quem tem mais pode dominar quem não tem nada) [19]. Para as mulheres, essa medida também é feita de acordo com seus laços. Ser respeitada e estar “segura” implicam necessariamente no estabelecimento de uma relação com um homem, pois é por meio dele que se torna possível receber ou perder recursos, oportunidades, sustento e espaço na vida social. A grande maioria de mulheres solteiras é – ainda hoje –, por definição, marginalizada e dependente da proteção familiar de parentes do sexo masculino.

Assim, segundo Muraro [20], o patriarcado não pode ser entendido apenas como uma dominação binária macho-fêmea, mas como uma complexa estrutura política piramidal de soberania e hierarquização, estratificada por gênero, raça, classe e religião. É um sistema que surge como uma soberania paternalista e, desde a sua gênese, está ligado ao poder. E se falamos em poder, devemos incluir como consequência a repressão e a desvalorização daquele que não é o soberano.

Não há, entretanto, unanimidade quanto à utilização do conceito de patriarcado entre os movimentos feministas. Christine Delphy ^[21] explicita que as discordâncias nas funções atribuídas ao termo revelam desagregações elementares existentes no interior do ambiente militante e acadêmico. Para as estudiosas socialistas, a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, e seus beneficiários são os indivíduos detentores dos meios de produção. Por sua vez, para as ativistas mais radicais, a submissão feminina deve-se a um método até então diferente e original – o sistema patriarcalista –, que favorece os homens como uma categoria social ^[21].

É justamente pela possibilidade de seu significado ser utilizado de forma abrangente, abarcando diversas camadas de organização social, que o termo patriarcado – no seu sentido denotativo – é tão rico para analisar as mais variadas situações de controle, repressão e exploração das mulheres. O seu uso enquanto um sistema de dominação do masculino sobre o feminino permite compreender que a subjugação não está presente somente na esfera familiar, ou restrita ao âmbito trabalhista, midiático e político. O patriarcalismo compõe a dinâmica social

“Há mais de 2.500 anos as mulheres são prejudicadas em termos educacionais [...]”

como um todo, entranhando, inclusive, o inconsciente de homens e mulheres, de formas individuais e coletivas, enquanto vida civil.

Há mais de 2.500 anos as mulheres são prejudicadas em termos educacionais, profissionais, políticos e sociais ^[22]. Privadas das condições necessárias para o desenvolvimento de todas as suas pluralidades enquanto *sujeitas sociais*, restou – como vítimas do processo histórico –, a ocupação de espaços secundários na civilização. Empareidar as mulheres em uma imagem convencional da feminilidade e nos papéis subalternos que dela derivam mostrou-se um método eficaz de silenciamento e de domesticação.

A força da ordem ditada pelos homens pode ser aferida na medida em que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se explicar, dado

que é entendida como legítima [23]. As normas sociais atuam como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, a distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seus lugares de pertencimento, seus postos e cargos, suas remunerações e oportunidades, suas obras, suas obrigações e seus direitos, seus locais de escuta e – principalmente – seus espaços de fala.

Para saber o nível de liberdade e independência de uma mulher, basta compará-lo com alguns de seus familiares, homens. Virginia Woolf [24] fez isso com brilhantismo no texto *Shakespeare's Sister*. Nesse trabalho, a autora

“São os homens que detêm o poder político, a autoridade moral, o privilégio social e o controle das propriedades, incluindo os corpos femininos.”

conjectura o que teria acontecido se o gênio inglês tivesse uma irmã tão talentosa quanto ele. E a conclusão foi: nada.

A moça não poderia estudar como o irmão e precisaria ler escondida dos pais. Teria de cerzir meias, cuidar do guisado e casar-se muito jovem. Aos 17 anos fugiria de casa para Londres, na tentativa de expressar sua criatividade. Ridicularizada por querer representar no teatro, acabaria tendo um filho de um amante que a abandonaria.[24]

A autora ainda calcula que provavelmente a suposta irmã de Shakespeare tenha se matado em uma noite fria de inverno e está enterrada num cruzamento onde param ônibus em frente ao Elephant and Castle.

Vale ressaltar, entretanto, que o patriarcado não designa o poder especificamente ao pai, mas o entrega aos homens enquanto categoria social. A figura do patriarca pode ser encarnada por qualquer cidadão. Irmão, tio, marido, padrasto, avô, patrão, senhorio, chefe. As mulheres são dominadas tanto na esfera privada, em seus núcleos familiares, quanto na vida pública, enquanto espaço coletivo. São os homens que detêm o poder político, a autoridade moral, o privilégio social e o controle das propriedades, incluindo os corpos femininos.

Para ser de fato eficiente ao que se propõe, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social masculina exige que sua capacidade de mando seja auxiliada quase sempre pela violência. Com efeito, o discurso baseado no determinismo biológico vai se tornando insuficiente para garantir, por si só, a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca. Surge, então, a necessidade de fazer uso de um sem-número de formas diferentes de agressão: psicológicas, verbais, patrimoniais, físicas, religiosas, racistas e, é claro, sexuais.

O direito, expresso em lei, de castigar fisicamente a mulher foi abolido somente em 1830, com a promulgação do Código Criminal Brasileiro. Até então era permitido, inclusive, o assassinato da esposa caso ela fosse flagrada em adultério. O voto feminino passou a ser autorizado apenas em 1932 e, ainda assim, com ressalvas: somente mulheres casadas poderiam votar, desde que tivessem a permissão dos maridos. Foi só em meados de 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, que a autorização do cônjuge para trabalhar fora

de casa, receber herança e solicitar a guarda dos filhos em caso de desquite deixou de ser necessária [22].

Cenários como esses criaram as bases para que, mesmo nos dias atuais, com mulheres mais independentes, conscientes, presentes e ativas na vida pública, ainda tenhamos sérias desigualdades entre os gêneros. O padrão normativo, ou seja, aquele que é vastamente tratado como “natural” dentro do comportamento social, coloca os homens – brancos e heterossexuais – como dominantes em todas as esferas de vivência coletiva.

Mesmo com maior grau de escolaridade, as mulheres ganham menos e ocupam pouquíssimos cargos de chefia. Elas são maioria entre os eleitores, mas são minoria nos cargos de representação. Possuem maior qualificação profissional, mas são escassas nos cargos de liderança e de alta hierarquia. Precisam lutar desproporcionalmente por espaços no cenário acadêmico, nas áreas de pesquisa, de ciência, de tecnologia e de inovação. Sofrem, injustamente, preconceitos nos processos de contratação, promoções e remuneração [21].

